

# Acesso Aberto: situação e perspectivas no Brasil

Emir José Suaiden

**Resumo:** O Brasil foi um dos primeiros países latinoamericanos a liderar o movimento de Acesso Livre. Apesar dos avanços ainda há muito o que fazer. Os repositórios, as bibliotecas digitais tem colaborado bastante para os avanços na área do Acesso Livre. Depois de uma visão do compartilhamento da ciência, visão mais dirigida a produção científica e a visibilidade internacional, os pesquisadores começam a se preocupar de como o Acesso Livre pode facilitar o combate às desigualdades sociais. Assim sendo a grande pergunta passa a ser: como tornar o Acesso Livre um benefício para a maioria da sociedade?

**Palabras clave:** Acesso Livre, producción científica, tecnologías de información, inclusión informacional.

## 1. Introdução

Atualmente o Brasil conta com uma população estimada em duzentos milhões de habitantes e as regiões sul e sudeste são considerada as regiões mais ricas do país. Essas regiões contam com as melhores Universidades brasileiras, tais como, a Universidade de São Paulo, a Universidade de Campinas, a UNESP, a Universidade do Rio Grande do Sul. Além do melhor sistema educacional essas regiões contam com desenvolvida indústria de conteúdos o que de certa forma proporciona um alicerce para o desenvolvimento da educação, da cultura e dos sistemas informacionais.

O Brasil tem 301 universidades públicas e duas mil universidades particulares. Atualmente essas universidades contam com 8.000.000 de alunos. A produção científica maior é das universidades públicas que possuem um número maior de doutores e investigadores pois contam com sistemas de bibliotecas de livre acesso.

As revistas eletrônicas se multiplicam de uma forma impressionante, somente a Universidade de Brasília tem cerca de 60 revistas especializadas e todas fazem parte da gestão bibliotecária através dos repositórios de revistas da Biblioteca Central.

O número de repositórios no ROAR é de 155, e no DOAR é de 91 e 873 revistas estão registradas no DOAJ.

Desde os primeiros movimentos internacionais em favor do Acesso Livre, o Brasil tem participado por meio de profissionais e de algumas intuições na busca de uma política de Acesso Livre à informação ou pelo menos que o tema esteja presente na agenda do governo. O desafio é bastante justificável pois parte expressiva da produção científica brasileira é realizada pelo financiamento das agencias governamentais. Portanto é um dinheiro público que deveria retornar à sociedade brasileira.

Atualmente o Brasil forma por ano cerca de dez mil doutores e cinquenta mil mestres. Portanto há uma produção científica bastante visível e somente não se torna mais visível devido a dificuldades que esses investigadores encontram para acessar as publicações eletrônicas. Os pesquisadores que se encontram nas universidades públicas utilizam muito o Portal de Periódicos da CAPES que reúne cerca de cinquenta mil títulos de revistas e custa para os cofres brasileiros cerca de cinquenta milhões de dólares anuais.

Com a crise econômica dos últimos tempos as universidades brasileiras enfrentaram muitos cortes orçamentários, o



Fecha de recepción: 2016-07-11  
Fecha de aceptación: 2016-10-03



que tem prejudicado a melhoria do crescimento dos repositórios e das bibliotecas digitais, principalmente devido ao alto custo das atualizações tecnológicas.

## 2. O estado da arte

As universidades públicas e os institutos de investigação no Brasil são as que mais investem na questão do Acesso Aberto. Nos últimos anos foram criados repositórios de monografias, repositórios de dissertações e teses de doutorado o que tem facilitado enormemente o compartilhamento da informação e principalmente tem ajudado a preservar a memória do patrimônio científico, histórico e cultural da produção científica brasileira.

O Brasil é considerado hoje a décima terceira potencia mundial na produção científica. Mesmo com o aumento da produção científica devemos considerar que a visibilidade internacional ainda é muito baixa. Poucos investigadores conseguem publicar em revistas do padrão Nature ou Science. No campo da citação a prática é que geralmente os americanos preferem citar os americanos, os alemães citam os alemães, etcétera.

Os ranking internacionais apontam que nenhuma universidade brasileira está presente entre as consideradas cem melhores universidades do mundo. O grande problema é que as universidades brasileiras ainda hoje prestam mais prioridade para o ensino do que para a investigação e a extensão. Na busca de uma possível ascensão algumas universidades brasileiras já estão ministrando disciplina em inglês e publicando revistas bilingue, ou seja, em português e inglês.

Entre as instituições que mais se destacam pelo Acesso Aberto no Brasil devemos destacar o IBICT que tem a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, com mais de 400 mil publicações. Praticamente todas as bibliotecas universitárias possuem repositórios digitais de monografias, projetos, dissertações e teses. Isso faz com

que o Brasil esteja, na América Latina, liderando o ranking de acesso livre à informação.

O envolvimento dos profissionais da informação com os movimentos associativos no Brasil faz com que a classe lute politicamente pelo Livre Acesso à informação. Desde 2010 os profissionais da informação tentam demonstrar a importância do Livre Acesso e seu impacto na melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira. O projeto de Lei 1513 de 2011 foi uma dessas iniciativas. Infelizmente ainda não se tornou Lei devido ao lobby que os editores fazem para inviabilizar o referido projeto. Mas houve avanços consideráveis pois hoje todas as universidades e instituições de investigação contam com os repositórios digitais.

Trata-se também de um projeto para conscientizar as autoridades brasileiras, pois 90% dos doutores e mestres são formados graças às bolsas das agências de fomento. Então como eles estudaram com recursos públicos a produção científica também deve se reverter em um bem público. Cada vez mais as agências de fomento financiam projetos que se revertam em publicação de Livre Acesso.

## 3. Perspectivas

Para a Profa. Sarita Albagli (2016) há uma reação forte às práticas de compartilhamento do conhecimento. As principais são:

- Privatização e elevação dos preços das assinaturas das revistas científicas;
- imposição de licenças restritivas para uso de materiais digitais;
- licenças “arrendadas” e não adquiridas > passíveis de interrupção;
- novos obstáculos à preservação;
- medidas de “proteção tecnológicas (DRM);

—filtros e segurança;

—acessos diferenciados à internet e níveis diferenciados de competência informacional;

—ampliação dos instrumentos de proteção de direitos de proteção intelectual.

A mesma autora, falando sobre ciência aberta, destaca que há dois tipos de sentidos. O primeiro é o pragmático que destaca que o aumento da velocidade da circulação do conhecimento no âmbito da própria ciência gera um novo tipo de produtivismo. E o segundo é o sentido democrático ou seja a expansão da base social e do diálogo da ciência com outros atores do conhecimento, a porosidade da ciência à interseção com e à intervenção de outros tipos de conhecimento, até então considerados “sujeitados”, polifonia.

Além de ter que vencer todas essas barreiras, devemos considerar que os avanços conseguidos para a democratização do Acesso Livre no Brasil ainda é um percentual muito pequeno pois até hoje beneficiou em parte apenas os investigadores produtores de informação e conhecimento, ou seja, pouco mais de três por cento da população brasileira.

Para o Brasil é sumamente importante que o Acesso Livre tenha também um olhar para um combate mais eficaz em relação as desigualdades sociais, pois devemos acima de tudo considerar que o acesso ou a falta dele no processo informacional é também um sinônimo de desequilíbrio social. Além disso com o aumento dos estoques de conhecimento público, maior produtividade científica e de inovação se espera um maior retorno social dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Nesse momento surge a questão da governança informacional, baseada nas relações entre informação, conhecimento e poder. Chegar e

compartilhar do poder seria uma forma de democratizar o acesso à informação. Além disso, devemos considerar também, a responsabilidade social do profissional da informação que é fundamentalmente de diminuir a distância entre o cidadão comum e a informação.

A informação, ainda hoje, é utilizada no processo de desinformação e manipulação, graças aos problemas de analfabetismo funcional, desnutrição infantil e também o processo de dependência informacional.

A dependência informacional em pleno século XXI atinge uma proporção relevante da sociedade, pois as pessoas que não foram beneficiadas pela revolução de Gutemberg terão muitas dificuldades em compartilhar o conhecimento tecnológico.

No Brasil se observa ainda que mesmo o aluno que está finalizando o segundo grau de ensino, portanto há um passo de ingressar no ensino superior, geralmente é um dependente informacional. A sua cultura é ainda copiar dicionário e enciclopédia o que ele chama de investigação. Quando utiliza a tecnologia ele dá um control “c” e um control “v” para copiar textos na internet. Para ele não adianta a biblioteca ter repositórios digitais, bases de dados, bancos de dados, portais de revistas, etcétera, pois a sua cultura informacional impede de ter um olhar para esse admirável mundo novo. Ele jamais se transformará em um investigador de porte pois jamais terá uma produção científica respeitável.

Outro grande desafio é que os reconhecidos cientistas produtores de informação e patentes, devido ao ciclo evolutivo, ainda hoje tem uma grande prioridade para o impresso. Esse processo fundamental —do impresso ao digital— deve ser conduzido pelos profissionais da informação. Trata-se de um processo complexo onde





Fecha de recepción: 2016-07-20  
Fecha de aceptación: 2016-09-13

as metodologías de apropiación da informação, mediação do conhecimento devem propiciar uma capacitação em todos os níveis.

Um cenário aplausível seria acabar com a ideia de que o investigador se forma sómente na pós-graduação. Países que conseguiram utilizar a revolução tecnológica para dar um salto no processo de desenvolvimento, formando investigadores de excelência, passaram a formar esses investigadores desde o ensino fundamental. Assim sendo cabe aos profissionais da informação formalizar uma parceria moderna com os profissionais da educação, demonstrando que a formação de investigador deve se iniciar no ensino fundamental e que a melhor maneira é que na escola a coordenação pedagógica funcione no recinto da biblioteca escolar para fomentar as iniciativas de competência informacional.

O fortalecimento da rede de bibliotecas públicas é outro cenário positivo. Mas de biblioteca pública que se integre as necessidades informacionais da comunidade estimulando a formação do capital intelectual. As bibliotecas públicas da Europa já comprovaram que podem diminuir o índice de problemas sociais estimulando a formação de um público leitor e essencialmente gerando emprego e renda. Os países baixos já demonstraram que bibliotecas eficientes diminuem os custos da rede de saúde.

Essas medidas são extremamente necessária para diminuir a distância entre a informação e o leitor e para criar uma nova geração capaz de realizar investigação em todos os níveis, desde a formação da cidadania até a produção científica e a produção de patentes.

## Acceso Abierto en Costa Rica: avances y perspectivas

Saray Córdoba González

**Resumen:** El artículo presenta una síntesis de la situación del Acceso Abierto en Costa Rica. Inicia con una contextualización de la inversión en educación y en investigación y desarrollo del país, para luego describir el estado de los repositorios y bibliotecas digitales. Explica cuáles son las políticas de Acceso Abierto que existen, los proyectos y programas para promoverlo, y termina con una síntesis de las perspectivas futuras para el país y la región centroamericana.

**Palabras clave:** Acceso Abierto, repositorios, Costa Rica, inversión en investigación y desarrollo, educación superior.

Costa Rica es un país de 51 000 km. 2, que cuenta con 4.3 millones de habitantes y ha logrado alcanzar índices de desarrollo avanzados, en relación con otras naciones de la región. Su tasa de analfabetismo es baja (2.4); la esperanza de vida al nacer está entre las más altas (82); y tiene una tasa de ocupación de 51.7. Sin embargo, la inversión en I+D en 2013 era apenas de 0.56% del PIB, mucho más baja que el promedio para América Latina y el Caribe, que es de 0.78% según datos del 2011. Pero además, el compromiso del sector privado para invertir en I+D es exiguo, pues alcanzaba un 31.2% del total en 2012.

El desarrollo en educación y salud ha sido su fortaleza desde hace muchos años. En el Informe de Desarrollo Humano (IDH) 2014, aparece en el lugar 68 en el mundo, con un índice de 0.763 en 2013, que la ubica entre los países de DH elevado. Como resultado del nivel educativo, Costa Rica cuenta con cinco universidades públicas que reciben financiamiento